



Estado do Rio Grande do Sul  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**  
Secretaria de Administração

## **PROJETO DE LEI Nº 046/2018**

**Dispõe sobre a concessão do Vale Alimentação e dá outras providências.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAGUARI**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 78, inc. IV da Lei Orgânica do Município,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** É instituído o benefício do Vale Alimentação, de participação facultativa, nos termos desta Lei.

Parágrafo único. São beneficiários do Vale Alimentação previsto nesta Lei:

- I – os servidores titulares de cargos efetivos;
- II – os empregados públicos, regidos pela CLT, inclusive os estabilizados pelo artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
- III – os conselheiros tutelares.

**Art. 2º** O Vale Alimentação será fornecido através de empresa especializada, ficando o Poder Executivo, desde já, autorizado a firmar contrato com pessoa jurídica dessa natureza, observada as normas relativas à licitação.

**Art. 3º** O valor mensal do Vale Alimentação será de duzentos reais (R\$ 200,00) e a participação dos beneficiários, mediante desconto em folha devidamente autorizado, no percentual de vinte por cento (20%) do valor total dos vale.

**Art. 4º** O benefício de que trata esta Lei não integrará a remuneração dos beneficiários, bem como não será computado para efeito de cálculo de quaisquer vantagens funcionais, não configurando rendimento tributável e nem integrando o salário de contribuição previdenciário.



Estado do Rio Grande do Sul  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**  
Secretaria de Administração

**Art. 5º** Não farão jus ao benefício instituído pela presente Lei os beneficiários que estiverem afastados do exercício de suas funções, inclusive nas hipóteses que a lei prevê o afastamento como de efetivo serviço público.

**Art. 6º** O Vale Alimentação será concedido uma única vez em caso de acúmulo de cargo, emprego ou função pública.

**Art. 7º** As despesas decorrentes da presente Lei serão suportadas por dotações orçamentárias própria, constantes da Lei Orçamentária Anual editada pela Lei Municipal n.º 3.191, de 22.11.2017.

**Art. 8º** Fica revogada a Lei Municipal nº 2.660, de 1º de abril de 2008.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação gerando efeitos financeiros a contar de 1º de outubro de 2018.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUARI, \_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_.

**ROBERTO CARLOS BOFF TURCHIELLO,**  
Prefeito do Município de Jaguari.

REGISTRADA NO LIVRO N.º \_\_\_\_\_ ÀS FLS.  
E PUBLICADA NO ÁTRIO DO CENTRO ADMINISTRATIVO  
EM: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

**CEVY RINALDO TAMBARA FILHO,**  
Secretário de Administração.